

Sindsep/MA realiza atividade no Dia Nacional de Luta contra a extinção da Funasa

Servidores da Funasa no Maranhão participaram do Dia Nacional de Luta contra a extinção do Órgão. A atividade em São Luís foi coordenada pelo Sindsep/MA e aconteceu também em todo o Brasil coordenada pelos sindicatos de servidores públicos locais para mostrar a insatisfação da categoria com a extinção do órgão.

Os servidores da Superintendência Regional em São Luís paralisaram as atividades para discutir e planejar os próximos passos na luta contra a Medida Provisória que extinguiu a Funasa.

Participaram do Ato, representando o Sindsep/MA, o vice-presidente Raimundo Pereira; o diretor de Formação, Manoel Cecílio; a diretora da Secretaria de Políticas Sociais, Políticas Públicas, Raça, Etnia e de Gênero, Joana Aquino; o diretor da Secretaria de Saúde e Segurança do Trabalhador e Meio ambiente, Domingos Pascoal.



Na oportunidade, foram feitos questionamentos sobre a atual situação do processo de extinção e de como os servidores deveriam agir a partir da atual conjuntura. Raimundo Pereira, explicou que o sindicato está agindo, juntamente com a Condef, no sentido de pressionar os congressistas a não aprovar a Medida Provisória nº 1156, de 2023 ou pelo menos que não coloquem em votação para que ela perca a validade.

“O Sindsep e a Condef

estão fazendo todo o esforço possível para reverter essa situação; estamos fazendo manifestações em todos os aeroportos do país para pressionar deputados e senadores a não aprovar essa Medida provisória que além de maltratar os servidores, fará um enorme mal ao país e a grande quantidade de brasileiros que dependem da Funasa para terem saneamento e monitoramento da potabilidade da água”, explicou o vice-presidente do Sindsep/MA, Raimundo Pereira.



IMPOSTO DE RENDA 2023

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO
Filiado à CUT CONDEF FUNDSEF

ATENDIMENTO*

Segunda à Sexta

08 às 12h e das 14 às 18h

* O último dia para a entrega da Declaração de Imposto será 31/05 (Quarta-feira).



Centrais propõem retomada da política de salário mínimo com reajuste real de 2,4%

“Dia histórico para a classe trabalhadora, um marco da retomada do diálogo e protagonismo pelo qual sempre lutamos e a que temos direito”. Assim o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, se referiu a essa segunda-feira (3), data em que a CUT e as demais Centrais Sindicais entregaram a proposta de retomada da Política de Valorização do Salário Mínimo ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho. A apresentação foi feita, em Brasília, no bojo do grupo de trabalho especialmente criado pelo governo Lula para encaminhar essa que é uma das principais reivindicações da CUT e de todo o movimento sindical.

Sergio Nobre, e os presidentes e representantes da Força Sindical, UGT, CTB, CSB, NCST, Publica, Intersindical Central da Classe Trabalhadora, além do diretor técnico nacional do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fausto Augusto Jr., apresentaram o documento que tem 16 páginas e foi elogiado pelo ministro Luiz Marinho.

O presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, destacou como ponto fundamental para essa proposta a retomada do diálogo com o governo federal, algo que não existiu durante os mandatos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, “causando um prejuízo gigantesco para toda a classe trabalhadora, porque arrouchou o poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras”.

“Resultado da nossa resistência e luta, é uma vitória históri-

ca ouvir do governo Lula, na fala do ministro Marinho, que é há consenso em retomar a política de valorização do salário mínimo, porque ela aponta novamente para aquilo que a classe trabalhadora, as centrais sindicais vêm dizendo, ou seja, que precisamos fazer o país voltar a crescer de maneira vigorosa, com geração de empregos de qualidade e a base para isso vai ser a injeção de recursos no bolso do próprio trabalhador, para ele consumir, a indústria produzir e os empregos aparecerem”, afirmou Sérgio Nobre.

Ministro do Trabalho

O ministro Luiz Marinho agradeceu às centrais sindicais e elogiou a proposta como um bom ponto de partida, destacando que “há acordo e entendimento do governo de que é preciso retomar a política de valorização do salário mínimo”.

Marinho afirmou que nas próximas duas semanas ele e o grupo de trabalho do governo vão analisar a proposta apresentada pelas centrais sindicais. “Vou me apropriar da proposta de vocês e após o retorno do presidente Lula e comitiva que viajarão à China, em 11 de abril, (Sérgio Nobre integrará a comitiva) retomaremos e daremos continuidade as conversas”, afirmou o ministro do Trabalho.

Ao que Sérgio Nobre respondeu, à mesa: “Para nós, das centrais sindicais, que representamos a classe trabalhadora, é um dia muito especial que marca a retomada do que nunca deveria ter sido interrompido, o diálogo com a classe trabalhadora de uma pauta tão crucial como o reajuste do salário mínimo.”

A proposta- 30 anos

A proposta das centrais sindicais é para o período de 30 anos. Segundo o diretor técnico nacional do Dieese, Fausto Augusto Jr., a ideia é que se retome a política de valorização anterior, ou seja, a inflação dos últimos 12 meses, mais o PIB dos dois anos anteriores.

“Só que a diferença é que estamos propondo o piso mínimo de aumento real de 2,4%, isso porque 2,4% é a média de crescimento do Brasil desde o início do Plano Real”, explicou Fausto.

Segundo o diretor do Dieese, é importante que, como no o Banco Central, que tem uma meta de inflação, a gente estabeleça uma meta de crescimento do salário mínimo e também uma meta sobre o mínimo que o Brasil deveria crescer do ponto de vista geral, ao longo de 30 anos.

“É uma meta gera que pode e deverá ser revista a cada 10 anos, segundo a proposta das centrais sindicais. E o que prevemos para ao governo Lula nos próximos 3 anos, é que se recupere o que não foi aplicado ao salário mínimo pelo governo Bolsonaro”, disse o diretor do Dieese.

A proposta das centrais sindicais, então, vai acelerar a política do salário mínimo de 30 anos nos próximos três anos, e depois estabelecer uma política de longo prazo.

Matéria completa em cut.org.br